

ANÁLISE MENSAL

Janeiro de 2012

Editor

João Basílio Pereima

Equipe Técnica

Antonio Luiz Costa Gomes

Ricardo Nascimento

Ronald Conceição

Crescimento sustentado no Brasil

**Crescimento e Crise Social
no mundo desenvolvido**

Este encarte é disponibilizado para *download* gratuito no endereço www.economiaetecnologia.ufpr.br



Crescimento sustentado no Brasil

Um dos maiores desafios da economia brasileira em 2012 e anos seguintes será manter o ritmo de crescimento da economia em 5% a.a. ou mais por um longo período, sem interrupções, impulsionado por fatores endógenos. Com uma média de 1,94 filho por casal em 2009 e uma taxa de crescimento populacional média de 0,9% ao ano, um crescimento do produto de 5% a.a. significa um aumento aproximado de 4% a.a. na renda *per capita*. Nesta velocidade a renda *per capita* demoraria 18 anos para dobrar de tamanho e passar dos atuais R\$ 20.000 para R\$ 40.000. O valor atual é quase cinco vezes menor que a renda *per capita* dos países desenvolvidos, sem contar o agravante de o Brasil ser uma das sociedades mais injustas do mundo em termos de distribuição de renda. O que significa que para muitas pessoas a renda média de R\$ 20.000/ano é possibilidade distante, ou o que é pior, pode nem fazer parte do seu sonho individual. Para alcançar o padrão de vida de países desenvolvidos, supondo que a renda *per capita* não aumente por lá durante todo o tempo de convergência, seriam necessários aproximadamente 40 anos. Muito embora sustentar o ritmo de crescimento não seja uma tarefa trivial e não faça parte do retrospecto histórico dos últimos 40 anos do Brasil, é uma tarefa absolutamente necessária e prioritária.

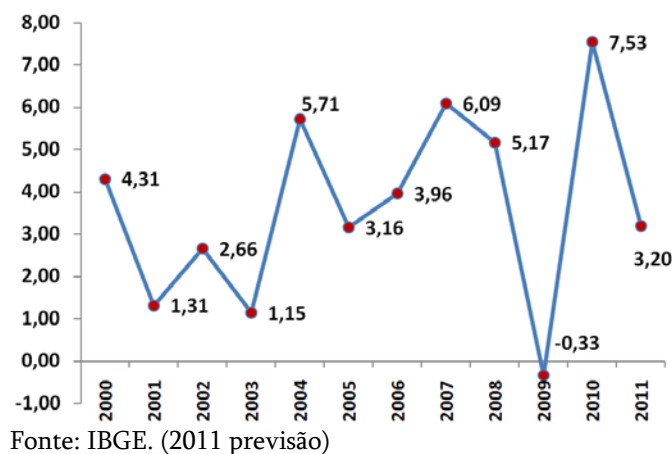
A instabilidade da taxa de crescimento é visível no gráfico 01, onde é possível ver o recente ciclo de crescimento da economia brasileira iniciado em 2004. O que se observa no recente ciclo expansionista é a dificuldade de manter uma taxa de crescimento igual ou maior que 5% a.a. por mais do que um ou dois períodos. Os fatores endógenos do crescimento não se impõem sobre impactos vindos de fora.

Isto ocorre por diversas razões. O fenômeno do crescimento não é um processo simples de explicar e, muito menos, de prever, pois vários fatores concorrem para formação da dinâmica de expansão e contração econômica. Dentre eles há fatores macroeconômicos como inflação, equilíbrio do setor externo e câmbio, política monetária, dívida interna pública e privada, e política fiscal via gastos públicos, investimentos e tributação. Dentre os fatores abrangentes estão o sistema político, corrupção, população e transição demográfica, educação, inovação, políticas industriais, espaço, dotação de recursos naturais, natureza, entre outros. Provavelmente a interação complexa de todos produzirá o vetor resultante do crescimento e mudança estrutural, cujo comportamento está longe de ser linear.

“ O Ministério da Fazenda reduziu a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2012 de 5% para 4,5%, segundo o relatório “Economia Brasileira em Perspectiva”, divulgado nesta segunda-feira. A publicação também revisou, de 3,8% para 3,2%, a projeção de expansão do PIB de 2011. ”

[Valor Econômico em 13/02/2012; [http:// www.valor.com.br](http://www.valor.com.br)]

Gráfico 01. Taxa Anual de Crescimento do Produto (% a.a.)



Apesar de diverso e sujeito a interações complexas, quase todos os fatores, macroeconômicos e gerais, possuem e compartilham uma característica comum, com exceção dos fatores ligados ao comportamento da natureza. Todos os fatores são resultantes da vontade e da ação humana, como o são em essência todos os eventos sociais. Mesmo a dotação de recursos naturais só é aproveitável mediante intervenção humana. Todos os fatores, portanto, são acionados e dirigidos por decisões individuais ou coletivas, coordenados ou não, e são sempre resultantes do comportamento humano e sujeitos, por tanto, a algum processo de escolha e interferência. E em assim sendo são passíveis de gestão e de mudança. É o que faz com que países, mesmo carentes de recursos e condições naturais propícias, se desenvolvam a partir da vontade de sua população e da organização civil do seu sistema de vida.

É de amplo conhecimento que as condições macroeconômicas presentes no Brasil atualmente não são condições pró-crescimento. A maior taxa de juros do mundo, a necessidade de enormes superávits primários para cobrir a necessidade de financiamento da dívida interna, a maior carga tributária dentre os países em desenvolvimento, a taxa de câmbio entre as mais valorizadas comparadas as moedas das demais nações, e elevados déficits em transações correntes a partir de 2008 atuam todos no sentido de travar o crescimento e limitá-lo à uma taxa não maior do que 3%. Diante destas condições é até mesmo surpreendente que o país consiga crescer a 5% ou mais num determinado ano. E como visto, momentos de crescimento de 5% a.a. ou mais são episódicos, pontos de exceção ao invés de regra. O mais recente exemplo da fragilidade do modelo de crescimento brasileiro é a revisão do PIB de 2011 para baixo e em função disto da expectativa de crescimento para 2012, tal como noticiada pelo Jornal Valor Econômico e destacada na epígrafe.

A pergunta, ainda sem resposta, é por que isso é assim e por que este estado de coisas não muda? Por que as condições macroeconômicas brasileiras são o que são?

O estado das variáveis macroeconômicas, e a realidade resultante, não é corolário de alguma lei natural, cuja força e direção movem a economia como um autômato. Tidos

em geral como causa das baixas e instáveis taxas de crescimento, os fatores de ordem macroeconômica são na verdade consequência da vontade e da capacidade da sociedade e seu sistema político de representação de interesses em imprimir intencionalidade no processo de crescimento da economia brasileira.

O estado macroeconômico anticrescimento resulta de escolhas individuais e coletivas. É, portanto, na intencionalidade e consistência da ação humana que podemos localizar as causas reais da realidade econômica. É a ação humana a força primitiva que move as variáveis macroeconômicas, ou as petrificam em seu atual estado anticrescimento. Por que a sociedade brasileira, governo, indivíduos, empresas, não são capazes de mudar este estado de coisas, já que não há, em essência, nenhuma força natural determinística governando o destino de todos?

Em geral, as nações atualmente desenvolvidas e as nações em desenvolvimento em ritmo sustentado ao longo de décadas demonstram uma capacidade de imprimir intencionalidade ao processo, que parece escapar à sociedade brasileira. A capacidade do sistema político atual, mergulhado em fisiologismo partidário, em promover mudanças estruturais é quase nula. A vontade e a intencionalidade se dispersam nos casuísmos, ao mesmo tempo em que uma população dócil se rende aos fatos e verga, submissa, ao primeiro sopro de vento.

É preciso que se reconheça o esforço do atual governo em mudar o quadro macroeconômico do país e em criar as condições para ingressar definitivamente numa trajetória de crescimento sustentado, como destacado no recente relatório publicado pelo Ministério da Fazenda “*Economia Brasileira em Perspectiva - 14ª Ed. Especial*”. Em especial, destaca-se a articulação entre política monetária e fiscal com o intuito de reduzir definitivamente o nível da taxa de juros em que opera a política monetária. Mas será preciso muito mais do que isso. As intervenções cambiais no intuito de evitar mais valorização do câmbio são importantes, mas não removem as travas do crescimento. Quando muito, fazem a manutenção do estado macroeconômico, sem mudança estrutural.

Como pode ser verificado na tabela 01, a taxa de crescimento de 3,2% alcançada pelo Brasil em 2011, e mesmo a expectativa de crescimento de 4,5% feita pelo governo para 2012, é uma taxa muito baixa se comparada aos demais países em desenvolvimento, e muito aquém das necessidades de um país que não cresceu entre os anos 1980 até 2003 e que, por isso, acumula déficits sociais gigantescos.

As melhorias recentemente conquistadas em termos macroeconômicos precisam ser levadas mais longe, e o tripé monetário, fiscal e cambial readequado e apontado efetivamente para promover o crescimento. Em algum momento, a redução de juros e melhorias no gasto público deverá se converter em uma reforma tributária que alivie a população de baixa renda e torne o sistema tributário agregado menos regressivo. Em algum momento o Brasil terá que se permitir pensar e executar projetos tecnológicos mais ousados, a criar mais do que comprar tecnologia. Em algum momento precisará resgatar a força da ação humana, que no passado construiu uma Petrobras, desenvolveu uma engenharia hidroelétrica invejável e inúmeros outros casos de sucesso. Em algum

momento terá que criar soluções arquitetônicas para o problema do transporte e da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. A grande preocupação é que a força que fez criar e germinar estes grandes projetos do passado e que fizeram o Brasil de hoje, parece não estar presente nas mentes dirigentes, ou esteja em estado dormente.

Tabela 01. Visão Geral das Taxas de Crescimento Mundial (projeções)

Países e Regiões	2010	2011	2012	2013
Crescimento Mundial	5,2	3,8	3,3	3,9
Economias Desenvolvidas	3,2	1,6	1,2	1,9
Estados Unidos	3,0	1,8	1,8	2,2
Zona do Euro	1,9	1,6	-0,5	0,8
Alemanha	3,6	3,0	0,3	1,5
França	1,4	1,6	0,2	1,0
Itália	1,5	0,4	-2,2	-0,6
Espanha	-0,1	0,7	-1,7	-0,3
Japão	4,4	-0,9	1,7	1,6
Reino Unido	2,1	0,9	0,6	2,0
Canadá	3,2	2,3	1,7	2,0
Outras Economias Desenvolvidas	5,8	3,3	2,6	3,4
Países recentemente industrializados (NIC's) ¹	8,4	4,2	3,3	4,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7,3	6,2	5,4	5,9
Leste Europeu	4,5	5,1	1,1	2,4
Comunidade dos Estados Independentes (CIS) ²	4,6	4,5	3,7	3,8
Rússia	4,0	4,1	3,3	3,5
Demais países (exceto Rússia)	6,0	5,5	4,4	4,7
Ásia em Desenvolvimento	9,5	7,9	7,3	7,8
China	10,4	9,2	8,2	8,8
Índia	9,9	7,4	7,0	7,3
ASEAN-5 ³	6,9	4,8	5,2	5,6
América Latina e Caribe	6,1	4,6	3,6	3,9
Brasil ⁴	7,5	2,9	3,0	4,0
México	5,4	4,1	3,5	3,5
Países do Leste e Norte da África	4,3	3,1	3,2	3,6
África Subsariana	5,3	4,9	5,5	5,3
África do Sul	2,9	3,1	2,5	3,4
Previsões de Memorandum				
União Europeia	2,0	1,6	-0,1	1,2
Crescimento Mundial baseado na Taxas de Câmbio	4,1	2,8	2,5	3,2

Fonte: FMI [*World Economic Outlook Update*, Janeiro de 2012].

Notas: ⁽¹⁾ *Newly Industrialized Asian Countries* (NIC's); ⁽²⁾ *Commonwealth of Independent States* (CIS);

⁽³⁾ Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnam; ⁽⁴⁾ Estimativa de crescimento do Brasil para 2011 foi revista pelo IBGE em fevereiro de 2012 para 3,2%.

Crescimento e crise social no mundo desenvolvido

Durante o Fórum Econômico Mundial de 2012, neste dia 28 de janeiro, Christine Lagarde - Diretora-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) - admitiu que nenhum país está imune a atual crise econômica. Apesar das sucessivas medidas paliativas adotadas pelos principais governos europeus para conter um possível “desastre anunciado”, a francesa Christine Lagarde reconheceu oficialmente que a atual crise terá fortes efeitos colaterais não somente na chamada *Zona do Euro*.

Para se ter uma dimensão aproximada da crise econômica nos países da Europa, considere que, já neste mês de janeiro, foi anunciado o rebaixamento das notas de classificação de risco dos títulos da dívida de 09 países europeus e também do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF), por uma das mais importantes agências internacionais de classificação de risco (Standard & Poor's); considere também que, para todo o continente europeu, as previsões oficiais da média de crescimento do PIB em 2011 não passam de 0,5%; quase todos os países apresentam um percentual crônico de endividamento em relação ao PIB e o nível médio de desemprego está acima de 10%, com cerca de 30 milhões de europeus à beira da pobreza; em grande parte destes países, outras milhares de pessoas se incluem nos constantes movimentos de greves e de protestos contra os governos endividados.

No atual cenário de crise, as políticas econômicas que são recorrentemente adotadas se apresentam recessivas e só contemplam medidas de austeridade e ajustes fiscais que têm como objetivo principal a manutenção dos pagamentos da dívida, não direcionando o tão necessário estímulo ao crescimento econômico dos países.

“Seguindo estritamente todas as recomendações ortodoxas, todos os governos aumentam impostos, aprofundam os reajustes fiscais para manter sob controle o déficit público...”

Assim, a recessão se consolida e os “efeitos colaterais” da crise tem proporções sistêmicas: o ciclo primário de *crise financeira* iniciada no ano de 2007, passa para a atual *crise econômica* e já oferece sinais críticos de *crise social* (com elevados níveis de desemprego e pobreza) e, caso persista, esse ciclo poderá seguir para uma evidente *crise política* interna e entre países credores e devedores. O último estágio do processo de deterioração social é a crise política, na qual uma sociedade exposta a rigores diversos avalia que não tem mais nada a perder e consente em abraçar alguma causa radical, totalitária. Foram contextos assim que permitiram a emergência de Hitler, Stalin, Mussolini, e inúmeros outros governos autoritários.

Para evitar essa possível “crise política” entre as nações do Euro, neste último dia 30 de janeiro, o Conselho da União Europeia aprovou um pacto de orçamento com a chamada “regra de ouro” que obriga 25 países a estabelecer, através de introdução legal, limites de déficit estrutural em 0,5% e ter um nível de dívida pública sempre abaixo de 60% do PIB; neste tratado orçamentário intergovernamental, o limite tolerado para os déficits públicos anuais ficam em 3% do PIB. O país que não cumprir as disposições e metas contidas na “regra de ouro” poderá sofrer sanções pecuniárias (até 0,1% do PIB), impostas pelo Tribunal Europeu de Justiça.

Embora dominante, hoje os governos da Alemanha e França não apresentam ideias ou soluções alternativas para tratar a crise. Seguindo estritamente as recomendações ortodoxas, todos os governos aumentam impostos, aprofundam os reajustes fiscais para manter sob controle o déficit público e os pagamentos ao sistema financeiro. Os países europeus, que agora estão atrelados na regra de ouro deverão seguir a “cartilha da recessão”, o que poderá intensificar a crise econômica e transformá-la numa crise social aguda. Será necessário o sacrifício efetivo para toda uma geração da sociedade ao longo de décadas, considerando a convergência nas metas da regra de ouro da União Europeia. E a grande aposta política é se a geração atual está disposta a fazer os sacrifícios necessários, em nome do aumento de bem-estar da geração futura. Uma equação difícil de solucionar politicamente, pois a geração futura ainda não vota.

Assim, diante desse cenário econômico insatisfatório, observa-se que os principais indicadores econômicos (tabela 02) apresentam evidentes sinais de retração no crescimento dos países, com exceção da China, que mantém um crescimento recorde de seu PIB (em parte, pela sua política de desvalorização cambial).

Tabela 02. Indicadores econômicos de países selecionados - 2011

Países	PIB [var.% a.a.]	Dívida/PIB ¹	Desemprego
Países desenvolvidos			
Estados Unidos	1,7%	280%	8,5%
França	1,5%	346%	9,8%
Alemanha	0,1%	278%	6,7%
Inglaterra	0,9%	507%	8,4%
Itália	0,5%	314%	8,6%
Espanha	0,6%	363%	22,9%
Grécia	-5,2%	-	18,2%
BRIC's			
Brasil	2,9%	148%	4,7%
Rússia	4,3%	72%	6,1%
Índia	7,1%	122%	10,8%
China	9,2%	184%	6,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, FMI e *The Economist*.

Nota: ⁽¹⁾ Dívida Total = Dívida pública + dívida das famílias + dívida das empresas privadas não financeiras + dívida das empresas privadas financeiras.

Percebe-se que os principais indicadores de atividade econômica já estão todos “contaminados” na Zona do Euro; os BRIC’s já apresentam uma média de endividamento em relação ao PIB acima de 130%; e os EUA tem uma baixa previsão de crescimento para 2011 (o que prejudica diretamente o comércio internacional).

Se resta alguma esperança diante da crise, é tomar ao “pé da letra” a premissa de que todos os países deverão se proteger, considerando as incertezas relacionadas a capacidade do euro como moeda viável, a capacidade de gestão do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF), do Fundo de Resgate do FMI e dos mecanismos internacionais de articulação para a estabilidade econômica.

Espera-se ainda que a pressão das massas trabalhadoras também deverá criar uma situação de crise ainda mais profunda, tendo em vista que para manter os pagamentos dos serviços da dívida, os governos serão obrigados, por décadas, a continuar desmontando o “Estado de Bem-estar Social Europeu”.

Com efeito, hoje se percebe um grande pessimismo em relação ao futuro dos países desenvolvidos, indicando uma real possibilidade da atual crise econômica se transformar numa impactante crise social e política. Neste contexto apreensivo, o “desastre anunciado” pode contagiar diretamente os principais países *players* de mercado como o Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC’s) e os Estados Unidos.